

## POLÍTICA

# Constituinte

Quase às escondidas a Mesa da Câmara aprovou ontem um adicional de 50 mil cruzados nos salários dos Constituintes, que agora vão receber cerca de 100 mil mensais. Mas o aumento é temporário.

## CRISE

Enquanto o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, defende o fortalecimento do Poder Civil e da Democracia alertando sobre os constituintes que "isto não vai ser conseguido através do enfraquecimento do Poder Militar", o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves usou ontem figuras de analogia para avaliar o momento político nacional.

Ao ser indagado sobre a discussão acerca do parlamentarismo e das diretas, o ministro disse que "preferia não fazer agora um corte na evolução dos acontecimentos, que estão fluindo, para não dar uma idéia errada do que será o final". Sobre a discussão política atual proferiu: "A soma algébrica desses desencontros aparentes de idéias vai terminar com uma resultante, como num sistema vetorial. Eu acho que essa resultante será boa para o País".

Na entrevista que deu ontem durante cerimônia no Ministério da Marinha, o general admitiu ter realmente suprimido da proposta constitucional do Exército, enviada há poucos dias aos constituintes, a expressão que limitava os poderes presidenciais sobre a atuação das Forças Armadas. "Não que eu seja contra Rui Barbosa (o criador da expressão 'dentro dos limites da lei' para limitar os poderes dos comandantes sobre os subordinados), mas é que nós julgamos que não precisa daquilo, pois vivemos em outra época", disse o ministro.

Concorda com ele o almirante Henrique Sabóia, afirmando que "estão fazendo uma Constituição pensando no passado, quando a Constituição deve ser um documento para o futuro" com relação aos dispositivos apresentados por parlamentares e deputados na Subcomissão de Defesa do Estado, na tentativa de diminuir os poderes dos militares dentro do aparelho de Estado.

Um destes instrumentos destinados a minimizar a influência militar dentro do Executivo, a criação de um Ministério da Defesa, defendida ontem mesmo pelo general da reserva Euler Bentes, foi duramente criticada pelo ministro da Marinha. Ele contra-argumentou lembrando que, primeiro, nenhuma das forças deseja essa fusão, que Ministério da Defesa não é assunto para ser discutido em Constituição, que sua criação implica despesas extraordinárias e que a integração operativa almejada já é exercida pelo Emfa, através da unificação da doutrina militar. O ministro Sabóia manifestou-se ainda contrário à idéia de se submeter a intervenção das Forças Armadas na defesa interna à apreciação do Congresso Nacional.

## GOVERNO

O jurista Miguel Reale Jr. defendeu ontem a adoção de um regime de co-responsabilidade entre o Executivo e o Legislativo como mais adequado para o País sair da crise política que persiste ao longo de toda a história republicana, classificando-o de "semipresidencialismo". Em depoimento na subcomissão de organização dos poderes e sistema de governo, Reale condenou os regimes híbridos cogitados e disse que eles seriam penalizadores de crises, enquanto sua proposta coloca o presidente da República e o primeiro-ministro como dotados de poderes específicos e funcionando "com o espírito crítico do outro".

Reale defendeu a eleição direta do presidente da República, o qual indicaria o primeiro-ministro mediante aprovação dos partidos políticos e posteriormente do Congresso, passível de destituição nas mesmas circunstâncias. Seu projeto cria o conselho da República, integrado pelo presidente, o primeiro-ministro, e os ministros da Marinha, Exército, Aeronáutica, Justiça e os presidentes e líderes da maioria na Câmara e no Senado, com a competência de apreciar medidas excepcionais como o estado de sítio e de alarme. Os ministros e o primeiro-ministro podem ser destituídos por moção de desconfiança do Congresso, 6 meses após a indicação, de acordo com sua proposta.

Para o presidente do Congresso Nacional, Humberto Lucena (PMDB-PB), "qualquer que venha a ser a opção da Constituinte pelo sistema de governo — presidencialista ou parlamentarista — ao povo caberia dar a última palavra, por meio de um plebiscito". Essa foi uma das 12 sugestões que ele encaminhou ontem à mesa da Constituinte, anunciando-as, a seguir, da Tribuna, como qualquer parlamentar. Lucena propôs também uma

A Mesa da Câmara decidiu ontem conceder um aumento de 50 mil cruzados aos parlamentares, até a promulgação da nova Constituição, elevando para cerca de 100 mil cruzados o total pago em espécie aos constituintes, sem contar as passagens aéreas, cota telefônica e postal, o auxílio-transporte e o jeton que fazem parte do salário indireto.

O segundo Secretário da Câmara, deputado Albérico Cordeiro, explicou que a medida tem como objetivo "minimizar a situação aflição dos parlamentares que não tiveram aumento nos seus subsídios no final da legislatura passada, como estabelece a Constituição, e ainda foram sobrecarregados com o grande volume de pedidos que chegam diariamente no seus gabinetes. Um professor universitário passou a ganhar cerca de 37 mil cruzados em Brasília, enquanto um deputado, que recebe pedidos e mais pedidos de seus eleitores aqui e nos seus Estados, ganha hoje 50 mil mensais", justificou.

Albérico Cordeiro explicou que a verba de 50 mil cruzados será paga apenas enquanto durar os trabalhos constituintes, já que a futura Constituição deverá fixar, de forma definitiva, os subsídios parlamentares. Ele propôs ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que a medida seja "amplamente divulgada" para evitar distorções que compro-



Renato Archer defendendo a reserva de mercado

novidade: a criação do "mandado de garantia social", que seria uma espécie de mandado de segurança, mas com o fim específico de garantir os chamados "diretos sociais", os quais, sem esse instrumento jurídico, ficam como simples declaração nas Constituições.

## MILITAR

O ex-candidato à presidência da República, general Euler Bentes Monteiro — que teve como vice-presidente Paulo Bressard na sucessão do general Ernesto Geisel — defendeu ontem na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, a idéia de reformulação do atual papel constitucional das Forças Armadas. Caso contrário, alertou o general da reserva, "os militares continuarão se colocando acima dos três poderes e acima do próprio Estado, em situações de crise".

O general Euler, o anticandidato surgido em 1978 como forma de neutralizar a candidatura do general João Figueiredo, apresentou também idéias progressistas quanto à sobrevivência do Conselho de Segurança Nacional no quadro político do País. Em se optando por um regime presidencialista, acha o general Euler que o Conselho de Segurança Nacional deve desaparecer, enquanto que em um regime parlamentarista a Constituição deve adotar a proposta do anteprojeto Afonso Arinos de criação de um Conselho de Defesa do Estado, com participação de todos os segmentos da sociedade. Manifestou ainda sua surpresa com a manutenção do SNI dentro dos ministérios e das estâncias, dizendo que num regime democrático isto já deveria ter sido eliminado.

Parecer diverso, no entanto, teve o general Antônio Carlos de Andrada Serpa, que defendeu a manutenção do CSN como órgão de planejamento dos objetivos nacionais permanentes inerentes à doutrina de segurança nacional.

Serpa criticou também o objeto das preocupações dos constituintes — a definição do papel dos militares na Constituição — dizendo não ser isso o essencial. O mais importante, a seu ver, é lutar contra os verdadeiros fatos que atentam contra a segurança nacional, tendo citado, entre outros, a centralização do poder político e econômico nos eixos Rio/São Paulo/Brasília/Minas.

## ESTADOS

O ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, e o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, falaram, ontem, à Subcomissão dos Estados, da Comissão de Organização dos Estados, Territórios e Municípios. Cavalcanti defendeu a criação de orçamentos regionalizados com percentuais fixos e períodos determinados, como única forma de promover o desenvolvimento das regiões mais carentes do País, cujos governos não ficariam dependentes do "humor dos dirigentes do dia" para implementar as obras necessárias ou so-

correr suas populações com maior independência.

"O Brasil tem uma Federação fictícia e é preciso que a nova Constituição restabeleça uma nova Federação, com a participação dos Estados. Os Estados e municípios precisam ter autonomia financeira e administrativa", disse o governador Pedro Simon. Para ele, a reforma tributária e uma fórmula em que cada Estado e cada município tenham verbas suficientes — "sem precisar da caridade da União" — são problemas que precisam de uma solução emergencial.

## MUNICÍPIOS

A autonomia política, administrativa e econômica dos municípios, através de distribuição de renda justa e independência dos poderes legislativos e das câmaras municipais. Essas são algumas das principais reivindicações da Associação Municipalista do Brasil, encaminhadas aos constituintes em documento intitulado "Carta de Brasília". Reunidos em congresso, encerrado ontem, os prefeitos e vereadores municipais, depois da entrega da carta, prometem lutar intensamente para serem lembrados nos debates para elaboração da nova Constituição.

O documento se divide em sete itens, que tratam desde o Poder Legislativo municipal à reforma agrária. Para os municipalistas, as câmaras devem obter recursos suficientes para elaboração de orçamentos próprios e garantir sua independência. Mas lembram que se nada adianta a autonomia sem que haja fortalecimento das receitas municipais. E, neste sentido, reivindicam a necessidade da reforma tributária, sob pena de colapso econômico dos municípios.

## MICRO

A nova Constituição deve fixar que é vedado à União ou Estado lançar qualquer imposto sobre a microempresa, passando aos municípios a responsabilidade de legislar sobre os encargos a serem pagos. A proposta é do deputado Guilherme Afif Domingos (PL/SP), encaminhada à Comissão Tributária da Constituinte para debates. Admitindo que haverá resistências quanto à idéia de descentralização, Afif acredita, entretanto, que a medida contribuiria como fator de solução de problemas existentes no município, a medida em que o arrecadado em impostos ou taxas seria revertido, em sua totalidade, na busca de melhorias para a localidade.

Segundo Afif, cerca de 80% do total gerado pelos municípios, atualmente, são arrecadados pelo Estado e União e não devolvidos novamente à localidade no momento da redistribuição de recursos. "A estatocracia de Brasília não faz outra coisa que criar normas e controles, colocando fiscais nas portas das empresas e gerando empregos para campanhas políticas", diz o deputado, explicando que a imunidade tributária das microempresas, exceto em relação à legislação

metam a imagem do Congresso. "Eu sou favorável que a nova Constituição acabe com os penduricalhos que compõem os subsídios dos parlamentares e que só servem para emporcalhar a nossa imagem" — disse ele.

O aumento de 50 mil cruzados foi aprovada depois de entendimento entre os líderes de todos os partidos, segundo informou Albérico Cordeiro. "Eu sei que 100 mil é muito, se levamos em conta a média salarial dos trabalhadores brasileiros, mas é pouco para um deputado e um senador, diariamente assediados por pedidos e mais pedidos de dinheiro e auxílio, dos quais não podem fugir", salientou.

Mesmo discordando desse aumento inicialmente, o presidente Ulysses Guimarães fez ontem, pela manhã, um pequeno tour por algumas subcomissões, parando para discursar e receber aplausos em duas — a do Menor e do Idoso e, dos Direitos dos Trabalhadores — onde foi ovacionado por uma comissão de empregadas domésticas. Ele passou também pela Subcomissão dos Partidos Políticos, onde foi cumprimentado pelo presidente do PDS, Jarbas Passarinho, e pelo jornalista Fernando Gabeira, do Partido Verde.

Ulysses procurou informações sobre o andamento dos trabalhos das subcomissões cujo prazo para receber sugestões se encerra hoje.



Euler Bentes falando do papel militar

municipal levaria a um maior incentivo e à criação de empresas pelas prefeituras.

## AGRICULTURA

O governo precisa investir 600 milhões de dólares por ano, até o ano 2000, para plantar 16,5 bilhões de hectares de florestas e manter viável o setor de produção de celulose, papel, chapas de madeira desdobrada, dentre outros produtos. Foi isso que a Sociedade Brasileira de Silvicultura — SBS — expôs, ontem, na subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, como proposta do setor.

De acordo com o presidente da SBS, Ronaldo Guedes Pereira, existe hoje no País uma demanda de 267 milhões de metros cúbicos de madeira para uma produção de 64 milhões de metros cúbicos. Para cobrir esse déficit, serão necessárias medidas de incentivos fiscais capazes de motivar as empresas a se lançarem no reflorestamento — porque, entre o plantio e a colheita de uma floresta, decorrem, no mínimo, 7 anos.

Do ponto de vista da preservação ecológica, a SBS defende que nas propriedades de todos os tamanhos, os produtores devem plantar florestas como forma de utilizar as áreas impróprias para outros cultivos. Para a região amazônica, a reivindicação da sociedade é o estabelecimento de uma política especial de ocupação que evite o corte predatório de 2,7 milhões de hectares de florestas por ano.

A nível de governo, segundo Ronaldo Guedes Pereira, é preciso reestruturar o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — com recursos humanos e financeiros para desempenhar sua função.

## SAÚDE

Cerca de 10% da receita global

do sistema previdenciário — o equivalente a aproximadamente Cz\$ 20 bilhões — são perdidos por erros, irregularidades, fraudes, má gerência, alto custo operacional e deficiência na arrecadação das contribuições, voltou a denunciar ontem o ex-presidente do INPS e ex-deputado federal, Reinhold Stephanes (PR), agora durante depoimento na Subcomissão de Saúde, Seguridade Social, Ecologia e Meio Ambiente da Constituinte.

Saúde é dever do Estado e direito de todos. Este é um ponto consensual entre os membros da Subcomissão de Saúde, Seguridade Social, Ecologia e Meio Ambiente que encerra hoje as audiências públicas com depoimentos do secretário nacional de Meio Ambiente, dos sanitaristas demitidos pelo ministro Roberto Santos e do presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde — Cebes —, Eric Rosa. Entre as principais propostas apresentadas estão: fiscalização dos serviços pelos usuários e definição de um relacionamento entre os setores público e privado para atuação no sistema único de saúde.

Na próxima quarta-feira, dia 13, será lançado no Plenário do Congresso Nacional um manifesto público, "Saúde na Constituinte", pressionando os constituintes a votar favoravelmente pela reforma sanitária do País.

## INFORMÁTICA

O ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, pediu ontem que a nova Constituição especifique claramente que "no interesse nacional o País deve dispor da reserva do mercado interno em benefício do seu desenvolvimento". A tese recebeu o apoio quase unânime dos membros da subcomissão da nacionalidade, soberania e das relações internacionais, depois de um debate de três horas.

"Não adianta apenas defender a soberania, mas sim construí-la e não chegaremos a ela sem o desenvolvimento científico e tecnológico", disse Archer, defendendo a reserva de mercado para o setor de informática. Ele foi contestado apenas pelo deputado José Costa (PMDB-AL), que criticou o atraso brasileiro no setor, o desenvolvimento de tecnologia ultrapassada e os altos preços dos micros nacionais, em comparação com os estrangeiros.

## QUÍMICA

A Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de comunicações da Assembléia Nacional Constituinte realizou, ontem, audiência pública com o setor de fármacos, na área de química fina. As principais propostas apresentadas pelo setor foram a necessidade de o governo direcionar suas compras de medicamentos de forma a atender prioritariamente as indústrias nacionais e que o governo não abra patentes para o setor, pois isso seria o passo definitivo para a instalação do monopólio das empresas multinacionais.

Segundo a titular da Central de Medicamentos (Ceme), Marta Martinez, o Brasil possui tecnologia suficiente para que o governo dê prioridade em suas compras às empresas nacionais. De acordo com Marta Martinez, o setor governamental responde pela compra de 35% dos medicamentos comercializados no País.

Na visão do Conselho Federal de Farmácia, é fundamental o estabelecimento de uma política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico para a área das ciências farmacêuticas. Já a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais destaca que é essencial que o poder público providencie incentivos específicos às empresas nacionais que realizam esforços na área de investigação científica e tecnológica, e que sejam integradas às políticas de saúde do País.

## CONSTRUÇÃO

Reconstruir o Sistema Financeiro de Habitação — SFH — e tabelar os juros para o mutuário da casa própria. Estas são as reivindicações de curto prazo apresentadas ontem pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção, na subcomissão de Desenvolvimento Urbano e Transportes. A longo prazo, para constar na nova Constituição, a Câmara sugere que seja adotada uma legislação que dê segurança para se trabalhar na área, e que a União se restrinja às diretrizes gerais e princípios, deixando aos Estados e municípios autonomia para criarem seus planos diretores.

De acordo com o presidente da entidade, deputado Luís Roberto Pontes, a Câmara também reivindica do governo uma taxa progressiva para os terrenos ociosos em áreas com infra-estrutura, para que sejam ocupados com construções, além de dotar as cidades de infra-estrutura básica para receber os migrantes.

Para sanar o déficit habitacional do País — estimado pela Câmara em 3 milhões de unidades — será preciso um plano do governo, com destinação orçamentária anual, para resolver o problema em 10 anos. Para os trabalhadores com renda até três salários mínimos, a entidade reivindica recursos a fundo perdido e o fim do subsídio para quem não precisa. Segundo Pontes, o juro de 12 por cento cobrado atualmente pelo SFH é muito alto e só pode ser explicado porque o extinto BNH tem um rombo de Cz\$ 150 milhões e precisa cobri-lo.